

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026



NOVO HAMBURGO-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO - RIO GRANDE DO SUL

ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática/Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

Conteúdo Digital

- ▶ Legislação

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





NOVO HAMBURGO-RS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO - RIO
GRANDE DO SUL**

ASSISTENTE SOCIAL

Nº EDITAL: 01/2026

CÓD: OP-018JL-26
7908403597925

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	17
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	21
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	24
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	24
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	27
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	30
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	32
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	36
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	41

Matemática/Raciocínio Lógico

1. Teoria dos conjuntos.....	55
2. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações	57
3. Múltiplos e divisores.....	66
4. Números primos	67
5. Mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.....	68
6. Matrizes e determinantes.....	69
7. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais.....	79
8. Divisão em partes direta e inversamente proporcionais	81
9. Regra de três simples e composta	83
10. Sistema de medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades, transformação de unidades)	85
11. Sistema monetário brasileiro	88
12. Cálculo algébrico: monômios e polinômios	92
13. Funções: ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau, função do 2º grau – valor de máximo e mínimo de uma função do 2º grau. Função exponencial e logarítmica. Funções trigonométricas.....	95
14. Equações de 1º e 2º graus	110
15. Sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas.....	112
16. Progressão Aritmética (PA) e Progressão Geométrica (PG)	114

ÍNDICE

17. Análise combinatória	119
18. Triângulo retângulo: relações métricas no triângulo retângulo, teorema de Pitágoras e suas aplicações, razões e relações trigonométricas no triângulo retângulo. Teorema de Tales. Geometria plana: semelhança de triângulos, cálculo de área e perímetro das figuras geométricas planas.....	121
19. Noções de geometria espacial: cálculo de áreas e volume de prismas, pirâmides e corpos redondos.....	130
20. Matemática financeira: porcentagem, juro simples e compostos	136
21. Estatística: medidas de tendência central e medidas de dispersão, moda e mediana	140
22. Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas	143
23. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de padrões e lógica de argumentação, sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras. Diagramas lógicos. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica. Leis de De Morgan. Argumentação e dedução lógica. Sentenças abertas e operações lógicas sobre sentenças abertas. Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas. Argumentos lógicos dedutivos e argumentos categóricos	146

Conhecimentos Gerais

1. Cultura popular, personalidades, pontos turísticos, organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do IBGE, hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes, fauna e flora locais, hidrografia e relevo, clima, matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte, unidades de conservação, história e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca	171
2. Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como globalização, segurança, transportes, política, economia, esporte, agricultura, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, ciências naturais, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, consciência ambiental, ecologia e geografia física.....	175
3. Direitos humanos e cidadania.....	175
4. Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, classificação e características.....	176
5. Os racismos individual, institucional e estrutural	177
6. Conceitos Fundamentais de Discriminação, Racismo, Sexismo, Etarismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIAPN+ fobia, Aporofobia, Psicofobia e Capacitismo.....	180

Conhecimentos Específicos

Assistente Social

1. O trabalho do (a) assistente social com as diferentes expressões da questão social apresentadas como demandas cotidianas nas políticas sociais.....	189
2. A dimensão investigativa no exercício profissional do(a) assistente social e a instrumentalidade como elemento da intervenção profissional de acordo com as ideias e as produções de Yolanda Guerra.....	192
3. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social, de Carlos Antonio de Souza Moraes.....	194
4. A atitude investigativa no trabalho do assistente social, de Cristina Kologeski Fraga.....	197
5. Código de Ética do/a Assistente Social e Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão	201
6. NOB-RH/SUAS e tipificação nacional dos serviços socioassistenciais	203
7. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.....	204
8. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social	207

ÍNDICE

9. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação	211
10. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica.....	213
11. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias; Políticas Públicas	217
12. A Questão Social, o contexto conjuntural	221
13. O espaço sócio- ocupacional do Serviço Social e as diferentes estratégias de intervenção profissional.....	224
14. O planejamento da intervenção e a elaboração de planos, programas e projetos sociais	227
15. Supervisão de Estágio em Serviço Social	231
16. Cfess Manifesta; Publicações. (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS); Livros, brochuras e outros (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS); Cadernos do Curso para Agentes de Multiplicação: 1) Ética e História. 2) Ética e Trabalho Profissional. 3) Ética e Direitos Humanos. 4) Ética e Instrumentos Processuais; E-book Pareceres jurídicos sobre Serviço Social, ética e direitos humanos	235
17. Competências profissionais do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais e seus instrumentos técnico-operativos	238
18. O Serviço Social na contemporaneidade e as novas exigências do mercado de trabalho	241
19. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – ECA)	243
20. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 – LOAS)	284
21. Estatuto da Igualdade Racial	295
22. Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	301
23. Estatuto da Pessoa Idosa	319
24. Livro Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais	330
25. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	333
26. Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS)	334
27. Vigilância Socioassistencial	334
28. Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	337
29. Trabalho social com famílias	340
30. Rede socioassistencial e intersetorialidade	341
31. Controle social no SUAS (Conselhos e Conferências).....	345
32. Estudo social, relatório social, parecer social e perícia social	348
33. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	352
34. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	356

Conteúdo Digital

Legislação

1. Lei Orgânica do Município	3
2. Plano de Carreira do Município (Lei nº 334/2000)	19
3. Estatuto do Servidor Público (Lei Municipal nº 333/2000).....	22
4. Código de Posturas Municipal (Lei nº 3.275/2020).....	50
5. Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio do Grande do Sul nº 13.694/2011)	57
6. Constituição Estadual do Rio Grande do Sul	60
7. Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010)	60
8. Constituição Federal de 1988: Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º ao 4º)	67
9. Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º ao 17).....	68

ÍNDICE

10. Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43)	79
11. Da organização dos Poderes (Arts. 44 ao 135)	94
12. Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas (Arts. 136 ao 144)	128
13. Da Ordem Social (Arts. 193 ao 232)	131
14. Lei de improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992)	146
15. Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006 e suas atualizações)	155
16. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003)	163
17. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015)	174
18. Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal nº 10.216/2001)	192
19. Decreto Estadual nº 48.598/2011 – Dispõe sobre a inclusão da temática de gênero, raça e etnia nos concursos públicos para provimento de cargos de pessoal efetivo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul	193

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENEIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

- **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

Características dos gêneros textuais:

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

- A função do gênero textual define seu propósito principal.
Ex.: Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

- Refere-se à organização típica do gênero.
Ex.: Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

- Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.

Ex.: Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

- Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

- Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.

Ex.: Um editorial escrito durante uma crise política reflète uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

- Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.

Ex.: Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

- **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.
- **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.
- **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo.

AMOSTRA

O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► **O que é um fato?**

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

Ex.: “A Terra orbita ao redor do Sol.”

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ **Marcas linguísticas típicas de um fato:**

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

Ex.: “O Brasil é o maior exportador de café do mundo.”

▪ **Presença de dados e números.**

Ex.: “Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%.”

► **O que é uma opinião?**

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

Ex.: “O café brasileiro é o melhor do mundo.”

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ **Marcas linguísticas típicas de uma opinião:**

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

Ex.: “Este filme é incrivelmente emocionante.”

Presença de verbos de opinião ou crença, como “achar”, “acreditar”, “considerar”.

Ex.: “Eu acho que essa proposta é injusta.”

► **A relevância da distinção**

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

▪ **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

▪ **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.

▪ **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► **Exemplos práticos de distinção****Notícia jornalística:**

▪ **Fato:** “A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%.”

▪ **Opinião:** “Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia.”

Discurso publicitário:

▪ **Fato:** “Este carro possui um motor de 200 cavalos.”

▪ **Opinião:** “Este é o melhor carro da categoria.”

Como identificar e analisar fatos e opiniões**Verificar fontes:**

▪ Um fato deve ter respaldo em fontes confiáveis e verificáveis.

Ex.: Dados fornecidos por instituições como IBGE ou ONU têm maior credibilidade.

Reconhecer marcadores subjetivos:

▪ Palavras como “excelente”, “terrível”, “justo” e “injusto” indicam opinião.

Considerar o gênero textual:

▪ Textos opinativos (editoriais, colunas de opinião) têm como objetivo persuadir, enquanto textos informativos (notícias, relatórios) priorizam a neutralidade.

Contextualizar informações:

▪ Um mesmo dado pode ser usado para apoiar diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é apresentado.

Compreender a distinção entre fato e opinião é uma habilidade indispensável para interpretar textos de forma crítica, identificar intencionalidades e avaliar a validade das informações. Essa capacidade é particularmente relevante em uma sociedade marcada pela sobrecarga informacional e pelo risco de manipulação discursiva, tornando o leitor mais apto a participar ativamente do debate público e a formar opiniões fundamentadas.

INTENCIONALIDADE DISCURSIVA E ANÁLISE DE IMPLÍCITOS

A intencionalidade discursiva e a análise de implícitos são conceitos centrais para compreender as nuances de sentido que um texto pode produzir. Esses aspectos refletem escolhas estratégicas do emissor para persuadir, informar, emocionar ou influenciar o receptor, muitas vezes de maneira sutil.



MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

TEORIA DOS CONJUNTOS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

► Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras. Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas. Vejamos as principais formas de representação:

- Os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

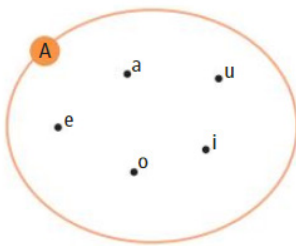
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

- Os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa tal que.

- Os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



► Relação de pertinência

Usamos os símbolos $\in$ (pertence) e $\notin$ (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

► Tipos de Conjuntos

- Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por $\emptyset$ ou, simplesmente $\{ \}$.
- Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

- Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

- Conjunto Infinito:** contrário do finito.

► Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

$\subset$	está contido
$\supset$	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

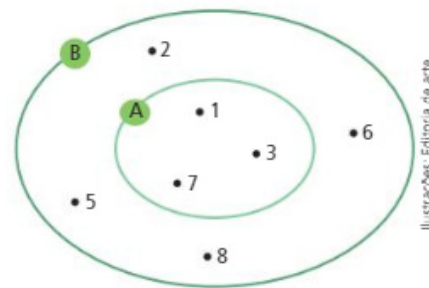
► Igualdade de conjuntos

- Dois conjuntos a e b são iguais, indicamos $a = b$, quando possuem os mesmos elementos.
- Dois conjuntos a e b são diferentes, indicamos por $a \neq b$, se pelo menos um dos elementos de um dos conjuntos não pertence ao outro.

► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B , dizemos que A é subconjunto de B .

Exemplo: $A = \{1, 3, 7\}$ e $B = \{1, 2, 3, 5, 6, 7, 8\}$.



Os elementos do conjunto A estão contidos no conjunto B .

Atenção:

- Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;
- O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;

AMOSTRA

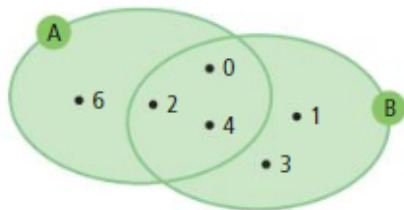
- O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A.
- O número de seu subconjunto é dado por: 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.

Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0, 2, 4, 6\}$ e $B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, como exemplo, vejamos:

União de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B. Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Exemplo:



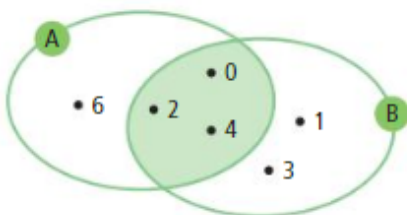
A parte pintada dos conjuntos indica $A \cup B$.

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B.

Intersecção de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B. Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica $A \cap B$.

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B.

Observação: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são conjuntos disjuntos.

Propriedades da união e intersecção

Propriedade comutativa

$$A \cup B = B \cup A \text{ (comutativa da união)}$$

$$A \cap B = B \cap A \text{ (comutativa da intersecção)}$$

Propriedade associativa

$$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C) \text{ (associativa da união)}$$

$$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C) \text{ (associativa da intersecção)}$$

Propriedade distributiva

$$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C) \text{ (distributiva da intersecção em relação à união)}$$

$$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C) \text{ (distributiva da união em relação à intersecção)}$$

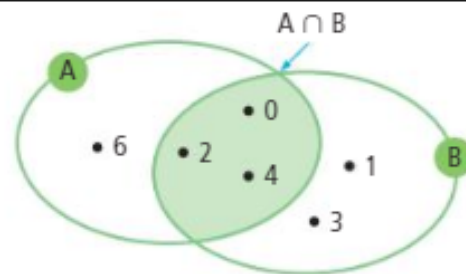
Propriedade essencial

$$\text{Se } A \subset B, \text{ então } A \cup B = B \text{ e } A \cap B = A, \text{ então } A \subset B$$

Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

É dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo: (FCC)

Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

CONHECIMENTOS GERAIS

CULTURA POPULAR, PERSONALIDADES, PONTOS TURÍSTICOS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL, DIVISÃO POLÍTICA, REGIÕES ADMINISTRATIVAS, REGIÃO DE LOCALIZAÇÃO DO IBGE, HIERARQUIA URBANA, SÍMBOLOS, ESTRUTURA DOS PODERES, FAUNA E FLORA LOCAIS, HIDROGRAFIA E RELEVO, CLIMA, MATRIZ PRODUTIVA, MATRIZ ENERGÉTICA E MATRIZ DE TRANSPORTE, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO PAÍS, ESTADO, DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO QUE O CERCA

FORMAÇÃO HISTÓRICA E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE NOVO HAMBURGO¹

► O município no contexto do Brasil, do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio dos Sinos

Localização e posição regional

Novo Hamburgo é um município brasileiro situado no estado do Rio Grande do Sul, na Região Sul do país. Sua localização, próxima à capital Porto Alegre e integrada ao eixo urbano-industrial do Vale do Rio dos Sinos, ajuda a explicar sua importância econômica, histórica e territorial. A cidade participa da dinâmica metropolitana de Porto Alegre, mas também possui centralidade própria, especialmente por sua tradição industrial, por sua rede de comércio e serviços e por sua influência sobre municípios vizinhos como São Leopoldo, Campo Bom, Estância Velha, Sapiranga, Dois Irmãos e Ivoti.

A posição geográfica de Novo Hamburgo favoreceu historicamente a circulação de pessoas, mercadorias e atividades produtivas. O município está associado ao vale formado pelo Rio dos Sinos, uma área que teve papel decisivo na colonização, na agricultura familiar, no comércio regional e, posteriormente, na industrialização. Essa combinação entre localização estratégica, rede de transportes e vocação produtiva contribuiu para transformar Novo Hamburgo em um dos centros urbanos mais relevantes do Rio Grande do Sul.

► Ocupação inicial e formação territorial

Povos originários, presença luso-açoriana e imigração alemã

Antes da consolidação dos núcleos coloniais europeus, a região era ocupada por populações indígenas, entre elas grupos associados aos carijós. A presença desses povos revela que o território não era vazio: havia formas próprias de ocupação,

circulação, uso dos recursos naturais e organização sociocultural. Com o avanço da colonização portuguesa no Sul do Brasil, a região passou a receber também famílias luso-brasileiras e descendentes de açorianos, especialmente em áreas como o Rincão dos Ilhéus, compondo uma camada importante da formação histórica local.

A partir de 1824, com a chegada de imigrantes germânicos à antiga Colônia de São Leopoldo, iniciou-se uma nova fase de ocupação regional. As pequenas propriedades agrícolas, o trabalho familiar, o artesanato e o comércio local estruturaram a vida econômica das colônias. Na área que mais tarde formaria Novo Hamburgo, destacou-se o núcleo de Hamburgerberg, atual Hamburgo Velho, que funcionou como ponto de encontro, entreposto comercial e centro de serviços para colonos, viajantes, artesãos e comerciantes.

► Do povoado colonial à cidade industrial

Hamburgo Velho, ferrovia e deslocamento do centro urbano

Hamburgo Velho foi um dos núcleos mais importantes da ocupação inicial. Ali se concentravam casas comerciais, oficinas, hospedarias, atividades religiosas e espaços de sociabilidade. O crescimento da localidade estava ligado à sua posição de passagem entre áreas rurais, caminhos regionais e centros urbanos maiores. No entanto, a chegada da ferrovia no século XIX alterou profundamente a organização do território.

A estação denominada New Hamburg, construída em área próxima ao atual centro, atraiu moradores, comerciantes e atividades econômicas. Com o tempo, o eixo de crescimento deslocou-se de Hamburgo Velho para a área central, onde a circulação ferroviária estimulou o comércio, a indústria e a urbanização. Esse processo ajuda a compreender por que Novo Hamburgo possui uma formação urbana marcada por dois polos históricos: Hamburgo Velho, associado à memória colonial e patrimonial, e o Centro, ligado à modernização econômica e à expansão industrial.

► Emancipação, Lomba Grande e identidade econômica

Autonomia política e consolidação municipal

Novo Hamburgo emancipou-se de São Leopoldo em 5 de abril de 1927, passando a organizar sua própria administração municipal. A autonomia política esteve relacionada ao crescimento econômico, à força das lideranças locais e ao desejo de controlar diretamente obras, infraestrutura e serviços urbanos. Em 1939, a incorporação de Lomba Grande ampliou o território municipal e reforçou a presença de áreas rurais na composição geográfica da cidade.

A economia local desenvolveu-se fortemente em torno da cadeia do couro e do calçado. A abundância de matéria-prima, o conhecimento artesanal, a presença de curtumes, oficinas e

¹ cidades.ibge.gov.br

https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Hamburgo
<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/historia>

AMOSTRA

fábricas, além da capacidade comercial dos empreendedores locais, consolidaram Novo Hamburgo como referência nacional no setor calçadista. Essa trajetória deu origem à imagem da cidade como “Capital Nacional do Calçado”, sem apagar sua diversidade social, cultural e territorial. Assim, Novo Hamburgo deve ser compreendida como uma cidade formada pela interação entre imigração, trabalho, ferrovia, indústria, urbanização, ruralidade e identidade regional.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, TERRITORIAL E REGIONALIZAÇÃO

► Estrutura político-administrativa do município

O município como unidade da Federação brasileira

Novo Hamburgo integra a organização político-administrativa do Brasil como município do estado do Rio Grande do Sul. Isso significa que possui autonomia administrativa, financeira e política, dentro dos limites definidos pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal. Na prática, essa autonomia permite ao município organizar serviços públicos locais, planejar o uso do solo, manter equipamentos urbanos, administrar escolas municipais, unidades de saúde, vias públicas, praças, políticas culturais, ações ambientais e serviços de interesse direto da população.

A estrutura dos poderes municipais é formada por dois poderes principais: o Executivo e o Legislativo. O Poder Executivo é responsável pela administração direta da cidade, sendo exercido pelo prefeito, pelo vice-prefeito e pelas secretarias municipais. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por vereadores, que elaboram leis locais, fiscalizam a prefeitura, debatem demandas da comunidade e representam politicamente a população. Em Novo Hamburgo, a Câmara Municipal possui 14 vereadores, o que expressa a dimensão populacional e institucional do município.

► Divisão territorial e organização interna

Área urbana, área rural e bairros

O território de Novo Hamburgo combina forte urbanização com áreas rurais relevantes. A área urbana concentra a maior parte da população, dos serviços, das atividades industriais, comerciais, educacionais e administrativas. Nela se localizam bairros de grande importância histórica e econômica, como Centro, Hamburgo Velho, Canudos, Santo Afonso, Rio Branco, Ideal, Vila Rosa, Operário e outros espaços urbanos formados em diferentes momentos do crescimento municipal.

Lomba Grande ocupa papel especial na organização territorial. Além de ser um bairro de grande extensão, preserva características rurais, paisagens naturais, propriedades produtivas, caminhos de turismo rural e formas de vida menos adensadas que as áreas centrais. Sua presença mostra que Novo Hamburgo não pode ser compreendida apenas como cidade industrial e urbana: o município também possui áreas de contato com a natureza, atividades agropecuárias, patrimônios culturais rurais e comunidades ligadas à história da colonização regional.

Para compreender a organização territorial de modo didático, a tabela abaixo resume as principais escalas que envolvem Novo Hamburgo:

Escala territorial	Como Novo Hamburgo se insere
País	Município localizado no Brasil, dentro da Região Sul
Estado	Integra o Rio Grande do Sul
Região metropolitana	Participa da Região Metropolitana de Porto Alegre
Região histórica e econômica	Insere-se no Vale do Rio dos Sinos
Regionalização do IBGE	Pertence à Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre e à Região Geográfica Imediata de Novo Hamburgo–São Leopoldo
Organização local	Divide-se em bairros urbanos e áreas com características rurais, com destaque para Lomba Grande

► Regionalização e hierarquia urbana

Função regional de Novo Hamburgo

Na regionalização do IBGE, Novo Hamburgo aparece vinculado a escalas que ajudam a entender suas relações com outros municípios. A Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre expressa a influência da capital estadual sobre uma ampla rede urbana. Já a Região Geográfica Imediata de Novo Hamburgo–São Leopoldo indica relações mais próximas, baseadas em deslocamentos cotidianos, comércio, serviços, trabalho, educação, saúde e circulação regional.

Na hierarquia urbana, Novo Hamburgo exerce papel de centralidade importante no Vale do Rio dos Sinos. Embora Porto Alegre seja a metrópole de maior influência no estado, Novo Hamburgo funciona como centro regional para municípios vizinhos, especialmente pela oferta de comércio especializado, serviços, eventos, ensino, saúde, empregos e atividades industriais. Essa posição resulta de sua história econômica, de sua infraestrutura de transportes e de sua tradição produtiva.

► Símbolos municipais e identidade política

Bandeira, brasão, hino e gentílico

Os símbolos municipais representam a identidade histórica e cívica de Novo Hamburgo. A bandeira, o brasão e o hino expressam elementos ligados à memória local, à formação comunitária e ao pertencimento da população ao município. O gentílico “novo-hamburguense” identifica os habitantes da cidade e reforça a ligação entre território, história e cidadania. Esses símbolos cumprem função educativa e política, pois ajudam a transformar a cidade em referência de memória coletiva, pertencimento social e representação pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL COM AS DIFERENTES EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL APRESENTADAS COMO DEMANDAS COTIDIANAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

QUESTÃO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS

► A questão social como base das demandas cotidianas

A questão social expressa o conjunto de desigualdades, conflitos, necessidades coletivas e formas de resistência produzidas no interior das relações sociais. No trabalho do assistente social, ela não aparece de modo abstrato, mas por meio de demandas concretas que chegam às instituições como falta de renda, insegurança alimentar, desemprego, violência, adoecimento, perda de moradia, ausência de documentação, dificuldade de acesso a benefícios, fragilização de vínculos familiares, discriminação, abandono, trabalho precário e violações de direitos. Cada situação apresentada no cotidiano profissional possui uma aparência imediata, mas sua compreensão exige análise das determinações sociais que a produzem.

As políticas sociais constituem um dos principais espaços institucionais em que essas demandas se manifestam. Assistência social, saúde, previdência, educação, habitação, segurança alimentar, políticas para infância, juventude, população idosa, pessoas com deficiência, mulheres, população em situação de rua e outros campos de proteção social recebem necessidades que não podem ser reduzidas a problemas individuais. A procura por um benefício eventual, por exemplo, pode revelar desemprego prolongado, ausência de rede de apoio, moradia precária, adoecimento familiar, desigualdade territorial e insuficiência de políticas públicas integradas.

O trabalho profissional exige reconhecer a demanda como expressão singular de processos coletivos. A pessoa ou família que procura atendimento possui uma história própria, marcada por experiências, vínculos, perdas, estratégias de sobrevivência e expectativas. Ao mesmo tempo, essa história é atravessada por condições estruturais que condicionam possibilidades de trabalho, renda, proteção, acesso à cidade, educação, saúde e convivência familiar. A intervenção do assistente social situa-se exatamente nesse campo de mediações entre a vida concreta dos sujeitos e as respostas institucionais disponíveis.

► Leitura crítica da demanda e superação da aparência imediata

A demanda cotidiana costuma chegar ao serviço como solicitação objetiva: inclusão em programa, encaminhamento para rede, acolhimento, orientação, parecer, relatório, benefício, acompanhamento familiar, vaga em serviço ou previdência diante de violação de direitos. O atendimento qualificado não

se limita à identificação do pedido formulado. Ele requer escuta, análise e interpretação das condições que fazem com que aquela necessidade se apresente de determinada forma. A aparência imediata da demanda deve ser compreendida como ponto de partida, não como limite da intervenção.

A leitura crítica permite distinguir necessidade social, resposta institucional e direito. A necessidade social refere-se às condições concretas que afetam a vida do sujeito. A resposta institucional corresponde aos meios disponíveis na política pública ou no serviço. O direito indica o patamar de proteção social que deve orientar a atuação profissional, mesmo quando a instituição opera com recursos insuficientes, critérios restritivos ou fluxos burocráticos. Essa distinção evita que a prática se reduza à gestão da escassez ou à reprodução automática de procedimentos.

A análise profissional pode organizar a demanda em diferentes planos de compreensão, sem separar artificialmente aquilo que se apresenta de forma integrada na realidade:

- O plano singular envolve a trajetória concreta da pessoa, família ou grupo, considerando necessidades, vínculos, perdas, recursos, conflitos, expectativas e formas de resistência.
- O plano particular abrange o território, a instituição, a política social, os serviços disponíveis, os critérios de acesso, a rede de proteção e as relações de poder existentes no campo de intervenção.
- O plano universal remete às determinações estruturais da desigualdade, da exploração, da dominação, da violação de direitos e da forma histórica assumida pela proteção social.

A intervenção profissional torna-se mais consistente quando articula esses planos. A situação apresentada por uma família não é dissolvida em explicações gerais, mas também não é tratada como fato isolado. A mediação entre singularidade e totalidade permite produzir respostas mais precisas, fundamentadas e comprometidas com direitos sociais.

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS

► Pobreza, trabalho precário e insegurança de renda

A pobreza é uma das expressões mais recorrentes da questão social nas políticas sociais, mas não pode ser entendida apenas como ausência de renda. Ela envolve privação de bens materiais, limitação de acesso a serviços, insegurança alimentar, moradia inadequada, endividamento, restrição de mobilidade, desigualdade territorial e fragilização de vínculos de proteção. A demanda por cesta básica, aluguel social, tarifa social, benefício eventual ou inclusão em programa de transferência de renda pode revelar uma rede complexa de necessidades acumuladas.

AMOSTRA

A precarização do trabalho amplia essas demandas. Desemprego, informalidade, rotatividade, baixa remuneração, ausência de proteção previdenciária, jornadas instáveis e trabalho por conta própria sem garantias produzem insegurança permanente. A renda irregular afeta alimentação, moradia, transporte, cuidado com crianças, permanência escolar, acesso a medicamentos e organização familiar. A política social passa a receber os efeitos da instabilidade do mercado de trabalho, muitas vezes sem dispor de estrutura suficiente para responder de modo integral.

O assistente social atua nesse campo considerando tanto a urgência material quanto as determinações que a produzem. A concessão ou encaminhamento para benefício pode ser necessária, mas não esgota a análise profissional. É preciso identificar barreiras de acesso, critérios excludentes, documentação pendente, violações de direitos, ausência de serviços no território e responsabilidades institucionais. A intervenção deve evitar qualquer leitura moralizante que atribua a pobreza à falta de esforço individual ou a comportamentos descontextualizados.

► **Violências, discriminações e violações de direitos**

As políticas sociais recebem demandas marcadas por diferentes formas de violência. Violência doméstica, violência sexual, negligência, trabalho infantil, violência contra pessoas idosas, violência contra pessoas com deficiência, violência institucional, violência urbana e violações relacionadas ao território exigem respostas técnicas articuladas. Essas situações demandam escuta qualificada, avaliação de risco, registro cuidadoso, sigilo profissional, encaminhamentos responsáveis e articulação com a rede de proteção.

As discriminações também constituem expressões da questão social. Racismo, desigualdade de gênero, LGBTfobia, capacitismo, xenofobia e outras formas de opressão organizam acessos desiguais ao trabalho, à renda, aos serviços, à proteção institucional e ao reconhecimento social. Quando uma pessoa é desacreditada em seu relato, tratada com suspeita, excluída de fluxos de atendimento ou submetida a exigências desproporcionais, a instituição pode reproduzir desigualdades que deveria enfrentar. O trabalho profissional qualificado exige atenção a essas mediações.

Algumas demandas aparecem combinadas e exigem análise integrada, pois a fragmentação pode enfraquecer a resposta institucional:

- A insegurança alimentar pode estar relacionada a desemprego, adoecimento, maternidade solo, ausência de creche, baixa escolarização, racismo estrutural e alto custo de vida.
- A situação de rua pode envolver perda de trabalho, rompimento de vínculos, sofrimento psíquico, violência familiar, uso problemático de substâncias, ausência de moradia e insuficiência de políticas habitacionais.
- A violência contra mulheres pode articular dependência econômica, desigualdade de gênero, ameaça à integridade física, cuidado unilateral dos filhos, isolamento social e dificuldade de acesso à proteção.
- A violação de direitos de crianças e adolescentes pode estar vinculada à pobreza, à falta de serviços territoriais, ao trabalho infantil, à violência doméstica, ao racismo e à precariedade das condições familiares de reprodução social.

A atuação profissional não deve transformar expressões da questão social em rótulos fixos sobre sujeitos e famílias. Categorias como vulnerabilidade, risco, negligência e fragilidade de vínculos precisam ser utilizadas com rigor técnico, evitando culpabilização e estigmatização. A análise deve considerar condições objetivas de vida, acesso ou ausência de políticas públicas, relações de poder e recursos disponíveis para proteção.

INSTRUMENTOS PROFISSIONAIS E ARTICULAÇÃO DE RESPOSTAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

► **Instrumentos técnico-operativos como mediações da intervenção**

O trabalho do assistente social utiliza instrumentos técnico-operativos que permitem conhecer, registrar, analisar, orientar e intervir sobre as demandas apresentadas. Entrevistas, estudos sociais, visitas domiciliares, relatórios, pareceres, laudos, atendimentos individuais e coletivos, reuniões, encaminhamentos, registros em prontuário, articulações institucionais e ações territoriais são meios de trabalho que ganham sentido conforme a direção teórica, ética e política assumida pela profissão. Eles não são recursos neutros ou meramente burocráticos.

A entrevista, por exemplo, não se reduz à coleta de dados. Ela pode constituir espaço de escuta, acolhimento, identificação de necessidades, análise de vínculos, orientação sobre direitos e construção de encaminhamentos. O estudo social não deve ser compreendido como descrição superficial da pobreza, mas como análise fundamentada das condições de vida, das relações sociais, dos acessos institucionais e das determinações que compõem a situação. O relatório e o parecer precisam apresentar elementos objetivos, contextualizados e coerentes com a finalidade técnica do documento.

A visita domiciliar, quando necessária e tecnicamente justificada, permite observar condições de moradia, dinâmica territorial, acessibilidade, vínculos de cuidado e relações com o entorno. Sua realização exige cuidado ético para não se converter em fiscalização moral da vida privada. O mesmo vale para registros institucionais: eles devem assegurar continuidade do atendimento, proteção de informações, fundamentação técnica e comunicação adequada, sem exposição indevida ou linguagem discriminatória.

► **Intersetorialidade, rede e continuidade da proteção**

As expressões da questão social dificilmente encontram resposta suficiente em uma única política. Uma demanda de violência pode envolver assistência social, saúde, segurança pública, sistema de justiça, educação, habitação e trabalho. Uma situação de pobreza pode exigir articulação com transferência de renda, documentação civil, alimentação, saúde, escola, qualificação profissional, moradia e proteção familiar. A intersetorialidade é condição para que a resposta pública não fragmente a vida dos sujeitos.

A articulação de rede não deve ser confundida com encaminhamento mecânico. Encaminhar sem pactuação, sem informação clara, sem acompanhamento e sem retorno pode apenas deslocar a demanda entre instituições. O trabalho em rede requer conhecimento dos serviços existentes, definição de responsabilidades, comunicação técnica, construção de fluxos, acompanhamento de resultados e análise dos obstáculos



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

